



GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA
SCHOOL MANAGEMENT AND THE CHALLENGES OF SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION

COSTA, Paulo Damasceno¹
FASSHEBER, Daniela Monteiro²

RESUMO

O objetivo geral desse trabalho é analisar os desafios da gestão escolar na perspectiva da educação especial e inclusiva, já os específicos são compreender os avanços na política da educação inclusiva, compreender a educação especial através da inclusão e por fim destacar o papel do professor na inclusão de crianças com necessidades especiais. A metodologia apresentada nesse trabalho é a revisão bibliográfica, fundamentada através de autores renomados com viés para se discutir sobre o tema. Constatando que a escola inclusiva tem como princípio fundamental que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente das suas dificuldades e diferenças. Cabe às escolas responder às diversas necessidades dos seus alunos, garantindo uma educação de qualidade para todos. Contudo, um dos objetivos do professor é eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação fazendo uma ligação entre aluno e professor da sala de aula comum, permitindo uma troca de experiência que contribua no processo educacional e em todo contexto escolar, bem como a inserção na sociedade.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Inclusão. Educação Especial. Aluno. Professor

ABSTRACT

¹ Graduado em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação pelo IFPA. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade São Marcos. Professor Efetivo de Ciências da Prefeitura Municipal de Altamira/Pa. Email: pdc_damasceno@hotmail.com

² Graduada em Administração, Contabilidade e Fisioterapia, pela UNILESTE - Universidade do Leste de Minas Gerais, Especialista em Fisioterapia Dermato Funcional, pela Faculdade Gama Filho; Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família, pela Faculdade Única e Especialista em Gestão e Estratégia em EAD, pela Faculdade do SENAC/ SP. Conteudista. Coordenadora pedagógica da FaSouza. E-mail: coordenadorapedagogica@faculdefasouza.com.br.

The overall goal of this work is to analyze the challenges of school management from the perspective of special and inclusive education. The specific goals are to understand the advances in inclusive education policy, to comprehend special education through inclusion, and finally, to highlight the role of the teacher in the inclusion of children with special needs. The methodology presented in this work is a literature review, based on renowned authors with a bias towards discussing the topic. It is noted that the fundamental principle of inclusive schools is that all students should learn together, regardless of their difficulties and differences. It is the responsibility of schools to meet the diverse needs of their students, ensuring a quality education for all. However, one of the teacher's objectives is to eliminate barriers that may obstruct the educational process of students with disabilities, global developmental disorders, high abilities, or giftedness, establishing a connection between the student and the teacher in the regular classroom, enabling an exchange of experiences that contribute to the educational process and the entire school context, as well as integration into society.

Keywords: School Management. Inclusion. Special Education. Student. Teacher.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão e a igualdade de oportunidades na educação são princípios fundamentais em sociedades democráticas, visando a garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades ou necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. A educação inclusiva e especial desempenha um papel crucial nesse contexto, oferecendo suporte e oportunidades a alunos com deficiências ou necessidades especiais. No entanto, a gestão escolar enfrenta uma série de desafios significativos ao tentar implementar efetivamente essas abordagens. Nesta dissertação, abordaremos alguns dos principais desafios enfrentados pela gestão escolar na promoção da educação inclusiva e especial.

Um dos principais obstáculos na gestão escolar da educação inclusiva e especial é a formação de professores. Muitos educadores podem não ter a preparação necessária para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. A formação insuficiente pode resultar em práticas pedagógicas inadequadas e na falta de compreensão das estratégias apropriadas para atender a uma ampla gama de

necessidades de aprendizagem. Portanto, a gestão escolar deve investir em programas de capacitação e desenvolvimento profissional contínuo, garantindo que seus professores estejam devidamente preparados para lidar com a diversidade de alunos.

A justificativa desse trabalho está ancorada na ideia de que todos os alunos têm direito a uma educação de qualidade e a escola deve contribuir com o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com autismo. Tratando-se do desenvolvimento e aprendizagem de alunos, estejam eles com autismo ou não, é essencial conhecer o aluno. É necessário esse olhar diferencial significativo na prática pedagógica do professor. E para ocorrer condições reais para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno, o acompanhamento é o ponto chave. Diante do exposto surge o problema dessa pesquisa quais os desafios da gestão escolar na perspectiva da educação especial e inclusiva?

O objetivo geral desse trabalho é analisar os desafios da gestão escolar na perspectiva da educação especial e inclusiva, já os específicos são compreender os avanços na política da educação inclusiva, compreender a educação especial através da inclusão e por fim destacar o papel do professor na inclusão de crianças com necessidades especiais. A metodologia apresentada nesse trabalho é a revisão bibliográfica, fundamentada através de autores renomados com viés para se discutir sobre o tema.

2 DESENVOLVIMENTO

A educação especial na atualidade foi concebida para atender os alunos com deficiência física, mental, visual, auditivo, motor, além dos que apresentam alguma síndrome, as pessoas com altas habilidades e superdotação. Na abordagem inclusiva, a educação especial passou a atender também os estudantes com problemas de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências. Dessa

forma, a educação inclusiva envolve um processo de reforma e reestruturação do currículo, as práticas de sala de aula, registros e relatórios dos alunos, avaliação, bem como acesso ao esporte, lazer e recreação.

O princípio da inclusão relatado acima, propõe que todos os alunos com as mais diversas capacidades, características, necessidades e interesses, possam aprender juntos, recebendo atenção necessária a seu desenvolvimento, criando um verdadeiro sentido de igualdades de oportunidades, visando o sucesso escolar. Cabe às escolas responder às diversas necessidades dos seus alunos, garantindo uma educação de qualidade para todos. Segundo Sanches: “Numa escola inclusiva, a intuição não é eliminar as diferenças, mas sim permitir a cada aluno que pertençam a uma comunidade educativa que dê importância à individualidade de cada um” (SANCHES, 2001, p.91).

Mantoan (2003) cita alguns princípios fundamentais que tem sido observados pelas escolas que obtiveram sucesso no ideal de inclusão, respeitar os alunos e oferecer alternativa para que todos aprendam: reconhecimento e valorização da diversidade como enriquecimento do processo ensino-aprendizagem; professores conscientes de como deve atuar para que todos aprendam; cooperação entre toda a comunidade escolar envolvida; valorização do processo e não do produto; enfoques curriculares; metodológicos e estratégias pedagógicas que favoreçam a construção coletiva.

“A aprendizagem cooperativa é uma estratégia que promove o desenvolvimento cognitivo como socioemocional dos alunos, visto que consiste no diálogo, escuta, partilha de informação, trabalho em equipa, solidariedade e interajuda” (MEIJER *et al*, 2003, p.15).

As unidades de Ensino regular devem oferecer vagas e matricular todos os alunos, assegurando-lhes condições de permanência e aprendizagem. Em relação à educação especial, o artigo 3º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 especifica que:

Por educação especial, modalidade da educação escolar estende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL-MEC/SEESP, 2001, p.1).

O De acordo com o artigo 4º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, a educação especial deve considerar as especificidades de cada educando, considerando as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos educandos e suas faixas etária pautando-se no princípio ético, político e estético de modo a assegurar:

I- A dignidade da pessoa humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social; II- a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino aprendizagem, com base para constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências; III – o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e usufruto de seus direitos (BRASIL-MEC/SEESP, 2001, p.1).

De acordo com a ONU citado na Declaração de Salamanca (1994, p.11) as escolas regulares com foco para orientação inclusiva, apresentam maior eficácia para o combate às atitudes discriminatórias, como também proporcionam uma educação adequada para a maior parte das crianças e conseqüentemente promovendo a eficiência.

“A declaração sustenta que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais, devem ter acesso às escolas regulares, e que elas devem adaptar-se de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro das necessidades, combatendo as atitudes discriminatórias, construindo

comunidades acolhedoras e uma sociedade inclusiva” (ONU, Declaração de Salamanca 1994, p. 11).

Para o autor acima mencionado, o currículo deve ser flexível, e exige um trabalho participativo, levando em consideração o tipo de Necessidades Educativas Especiais (NEE) sendo elas permanentes (exigem adaptações generalizada do currículo escolar, devendo o mesmo ser adaptado as características do aluno durante grande parte ou todo percurso escolar.

As Necessidades Educativas Temporárias exigem modificações parciais do currículo escolar, adaptando as características do aluno num determinado momento do seu desenvolvimento. Segundo Correia:

As necessidades educativas temporárias estão associadas às dificuldades como problema de leitura, escrita e cálculo, ao nível do desenvolvimento motor, perceptível, linguístico ou socioemocional. As pessoas ou alunos que apresentam estes tipos de dificuldades, o processo de aprendizagem ocorre num ritmo mais lento comparando com crianças ditas “normais”. (CORREIA, 2005, p.26).

Algumas categorias servem de base para compreendermos melhor a temática sobre alunos com NEE, dentre elas estão:

- Dependentes: alunos atendidos em clínicas por serem totalmente dependentes e necessitam de acompanhamento integral. (casos mais severos)
- Treináveis- alunos que precisam de supervisão, mas conseguem conviver com outros alunos rotineiramente. (Adaptação desde que acompanhados) ex. cegos e surdos
- Educáveis: alunos que frequentam salas de aulas regulares, possuindo habilidades de adaptação pessoal e social. (São aqueles alunos que acompanham, superdotação, síndrome down)
- Transtornos Globais do Desenvolvimento- Incluem pessoas com autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett e transtorno desintegrativo da infância.

- Altas habilidades e superdotação - Evidenciam potencial elevado nas áreas intelectual, acadêmica, liderança, artes e psicomotricidade, de forma isolada ou combinada. Muitos alunos têm facilidade em certas áreas, não todas.

São diferentes categorias que tem suas especificidades, levando em considerações o grau, fatores sociais, assim é fundamental que cada aluno seja diagnosticado por profissionais capacitados para tal. Enquanto professor não se pode diagnosticar, por exemplo, muitos professores acham que o aluno é autista, é necessário para isso encaminhá-lo a um especialista para identificar e diagnosticar, alguém que seja preparado realmente para fazer esse diagnóstico.

A escola toda tem que se mobilizar e repensar seus métodos para receber/atender os alunos de forma igualitária independente das diferenças individuais específicas de cada um.

De acordo com o Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Física 2007, encontra-se ainda as seguintes sugestões de Tecnologia Assistiva direcionado a vida escolar do aluno com deficiência física: Dentre eles:

- Uso de comunicação aumentativa e alternativa e alternativa para atender as necessidades dos educandos com necessidades de fala e escrita;
- Adequação de materiais didático- pedagógicos as necessidades dos educandos, tais como engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com imas e tesouras adaptadas, etc.;
- Desenvolvimento de projetos em parceria com profissionais da arquitetura, engenharia e técnicos de edificação para promover acessibilidade arquitetônica;
- Adequação de recursos de informática: teclado, mouse, ponteira de cabeça, programas especiais e acionadores, entre outros;
- Uso de mobiliário adequado: os professores especializados devem solicitar á respectiva secretaria da educação adequações de mobiliário, conforme especificações de especialistas na área: mesas, cadeiras e quadro, entre outros, bem como os recursos de auxílio a mobilidade: cadeira de rodas e andadores, entre outros (BRASIL, 2007, p.28).

Esse atendimento ocorre no contraturno da escolar e traz benefício tanto para o aluno quanto para o professor da sala de aula comum, se for realizado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular.

Atualmente existem diversos debates e projetos relacionados à educação inclusiva e especial dos alunos que cursam as escolas regulares, primeiramente é necessário lembrar a importância das mudanças que a inclusão de pessoas com deficiências ou necessidades especiais sofreu ao longo dos períodos históricos, alterando-se pelas contribuições de grandes nomes que voltaram seu foco para o estudo de uma metodologia para suprir as deficiências educacionais e suas necessidades.

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2005, p. 24)

Foi através do olhar de grandes autores que surgiram ao longo dos anos, que começou a se pensar nas necessidades dessas crianças, buscando meios para serem atendidas em todos os aspectos para seu desenvolvimento. Pensando principalmente na importância do período da infância e da educação, pois são nos primeiros anos de vida da criança os mais importantes para o seu desenvolvimento.

NascimentoFachinetti, Nascimento e Giroto (2016, p. 865) deixam claro “que a proposta da educação inclusiva é oferecer um ensino de qualidade a todos de forma equânime. Percebe-se que a sociedade, ainda que em passos, tem buscado atender as demandas de pessoas com necessidades especiais”

Desta forma conteúdo estará direcionado o repensar sobre as diferenças e necessidades de aprendizagens para um aprender voltados para os quatro pilares da educação presente no relatório da UNESCO, Educação para o Século XXI, são eles o

GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA.
AUTOR(A): COSTA, PAULO DAMASCENO. COAUTOR: FASSHEBER, DANIELA MONTEIRO.

Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Ser e Aprender a Viver com os outros de acordo com Delors:

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes (DELORS, 2001, p. 89 e 90).

Através dos pilares do conhecimento voltados para a educação se observa a excelente oportunidade para aprender e colocar em práticas competências que irão favorecer a construção do conhecimento, adquirindo habilidades e competências necessárias para os alunos, no que se refere ao processo de inserção de pessoas com necessidades especiais e inclusivas nas escolas regulares, o que representa um avanço dentro do sistema educacional, na promoção e integração entre os alunos com diferentes necessidades.

Dentro deste contexto, a educação especial e inclusiva necessita reunir diferentes metodologias com a função de integrar os alunos com necessidades especiais, sejam elas físicas ou de aprendizagem dentro do ambiente escolar, promovendo a integração onde os alunos aprendem a conviver com a diversidade, mas é necessário citar que o docente precisa ter a sensibilidade para trabalhar com as diferenças existentes dentro do ambiente escolar, em conformidade com a lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, cita em Parágrafo único que,

Todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (BRASIL, 1990).

“As leis vêm para garantir a educação e a cidadania, assim, para que todos os cidadãos tenham um ensino de qualidade, e as pessoas com deficiência o atendimento educacional especializado, que lhe é de direito”. (FERREIRA; VICENTI, 2019, p. 05). É modificar as práticas educacionais inclusiva, analisando os desafios e percursos da inclusão no cenário educacional, entre eles a dificuldade encontrada pelo docente que acabam se deparando durante as aulas com muitos obstáculos, que afetam a qualidade de ensino na educação infantil, pois ainda não existe a eficácia de metodologias, faltam recursos materiais e principalmente os números de alunos em sala de aula elevados.

Quando se fala sobre a educação inclusiva se faz necessário iniciar mudanças de postura dos profissionais da educação, pois, a inclusão é um processo que não pode mais ser ignorado é essencial um olhar sensível, sendo fundamental que o pedagogo na educação infantil procure compreender as práticas da inclusão na sua essência.

A educação inclusiva e especial com afetividade é condição necessária para que os alunos aprendam a conviver em grupos, com eixo central, que irá nortear às práticas educativas, através da convivência os alunos irão aprender a conviver em harmonia além dos muros escolares, sendo essencial ao desenvolvimento, principalmente em um mundo moderno, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular:

A Educação precisa promover experiências nas quais os alunos possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que os alunos ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano. (BRASIL, 2017, p.41).

Neste cenário em que se encontra a educação é importante ressaltar a contribuição que uma formação docente capacitada traz ao trabalhar com educação especial e inclusão, pois muitos alunos carregam uma trajetória de insucesso escolar, este profissional é a peça fundamental, atua em várias instâncias da prática educativa entre eles a transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, voltado para a

formação humana, pois a inclusão não se limita a dar suporte somente aos alunos que possuem algumas limitação ou deficiência no processo de ensino e aprendizagem, mas apoiar a todos.

Para Abromowicz e Silvério (2015, p.7) a diferença, “tem sido insistentemente esvaziada de sua potência e tornou-se fala comum”. É importante ressaltar que a transformação cultural da política educacional vigente no sistema de ensino necessita “garantir o acesso e a participação de todos, sem exceção e sem discriminação, em contextos sociais novos e mais igualitários” (ABRAMOWICZ; SILVÉRIO, 2015, p. 14).

Diante da diversidade, processo da inclusão necessita garantir que os alunos tenham acesso à aprendizagem, através de uma educação que ofereça condições para que realmente o processo educacional se efetive inclusive com melhorias na qualidade de vida, assim a educação estará voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor. Para que ela aconteça, é fundamental a criação de redes de apoio, pois a aprendizagem dos alunos da educação inclusiva é de responsabilidade de todos e não apenas do docente.

Oliveira (2018) afirma que o acesso à educação é um direito de todos os cidadãos, inclusive dos que necessitam de educação especial. Trata-se de um direito público subjetivo que precisa ser garantido a todos os indivíduos, sem distinção. Para tanto, se faz necessário uma rede de ensino preparada para garantir a inclusão em todos os níveis.

As dificuldades das escolas em implantar uma educação inclusiva de qualidade que atenda aos anseios definidos por lei em relação à exclusão de pessoas que apresentam deficiências de aprendizagem estão relacionadas à falta de mudanças na estrutura do ensino, onde o termo educação não é bem compreendido na totalidade de sua dimensão, ficando às vezes comprometido com regras e conceitos de aprendizagem, e esquecendo-se dos valores humanos ali contidos.

O processo de inclusão é uma luta social para garantir aquilo que as legislações já impuseram, a educação para todos. Para tanto, é preciso que este direito saia do

papel e seja colocado à prática, pois todo o corpo escolar precisa compreender o porquê devemos incluir (ANTUNES et al., 2017).

Para Tezani (2004) a gestão escolar enfrenta o desafio de combater a estigmatização e o preconceito em relação aos alunos com deficiência. Muitas vezes, o ambiente escolar pode ser hostil ou não acolhedor, o que pode resultar em isolamento e discriminação. A gestão escolar deve promover um ambiente inclusivo, onde a diversidade seja celebrada e o respeito mútuo seja enfatizado. Isso envolve a implementação de programas de conscientização e educação que promovam a aceitação e a compreensão das diferenças.

Já Azevedo (2022) coloca que a gestão escolar desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva e especial, e os desafios que enfrenta são significativos, mas não insuperáveis. Ao abordar a formação insuficiente dos professores, a escassez de recursos, as barreiras arquitetônicas e a estigmatização, as escolas podem criar ambientes onde todos os alunos tenham a oportunidade de aprender, crescer e se desenvolver plenamente. A educação inclusiva e especial não é apenas um direito fundamental de todos os alunos, mas também uma necessidade para construir uma sociedade mais inclusiva, diversa e equitativa.

A gestão escolar deve adotar uma abordagem holística, garantindo que seus educadores estejam adequadamente capacitados, a infraestrutura esteja adaptada, os recursos estejam disponíveis e o ambiente escolar promova a aceitação da diversidade. Além disso, é essencial que a gestão escolar promova parcerias com pais, comunidade, profissionais de saúde e outras instituições para criar um sistema de suporte abrangente para alunos com deficiência (TEZZANI,2004).

Superar esses desafios exige esforço, comprometimento e colaboração de toda a comunidade escolar. A educação inclusiva e especial não é apenas uma responsabilidade moral, mas também uma oportunidade para moldar uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada aluno, independentemente de suas diferenças, tenha a chance de alcançar seu pleno potencial. Portanto, é crucial que a gestão escolar

continue a enfrentar esses desafios de forma determinada, construindo um ambiente educacional onde a diversidade seja não apenas aceita, mas valorizada e celebrada (AZEVEDO, 2022).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um direito de todos em usufruírem de uma educação mais igualitária, onde não pode haver a exclusão de pessoas que apresentem deficiências consideradas fora dos padrões normais, causando o impedimento à sua formação humana e intelectual. A prática da educação inclusiva nas escolas é uma realidade que precisa ser aceita por todos, pois ainda falta aceitação de grande parte das pessoas e da sociedade em geral, a qual discrimina muitas das vezes a presença de crianças e adolescentes com necessidades especiais junto aos demais indivíduos considerados normais e sem deficiência.

Os pedagogos devem trabalhar juntos com os pais para conhecer de maneira mais profunda estas crianças e, diante disso, permitir que tenham uma boa qualidade de ensino, tornando-as aptas para a vida profissional na sociedade, e capacitá-las para o mercado de trabalho como qualquer outro adulto, para que as mesmas tenham oportunidades, alcançando assim a mesma qualidade de ensino para todas as crianças com atenção especial desde a educação infantil.

Foi observado que um desafio importante enfrentado pela gestão escolar é a escassez de recursos. Isso pode incluir falta de salas de aula adaptadas, materiais didáticos específicos, tecnologias assistivas e profissionais de apoio, como psicólogos ou terapeutas. A falta desses recursos pode dificultar a implementação eficaz de práticas inclusivas, uma vez que muitos alunos podem necessitar de apoio adicional. A gestão escolar deve ser capaz de alocar recursos de maneira eficiente, priorizando as

necessidades dos alunos com deficiência e buscando apoio externo, quando necessário, para atender a essas demandas.

A acessibilidade física nas escolas é essencial para garantir que todos os alunos possam participar plenamente das atividades educacionais. No entanto, muitas escolas ainda não são adaptadas para acomodar alunos com deficiências, criando barreiras arquitetônicas que impedem a inclusão efetiva. A gestão escolar deve investir em infraestrutura adequada e na adaptação das instalações para atender às necessidades de todos os alunos. Isso inclui rampas de acesso, banheiros adaptados, corredores espaçosos e outros recursos que garantam a acessibilidade.

Constatando que a gestão escolar desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva e especial. Superar os desafios mencionados requer esforço, comprometimento e colaboração de toda a comunidade escolar. Ao enfrentar a falta de formação, a escassez de recursos, as barreiras arquitetônicas e a estigmatização, as escolas podem criar ambientes onde todos os alunos tenham a oportunidade de aprender, crescer e se desenvolver plenamente. A educação inclusiva e especial não é apenas um direito, mas também uma necessidade para construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro: WAK, 2003.

AZEVEDO, C. B. **Escola inclusiva, diversidade e gestão escolar: O que dizem gestores de escolas públicas do Rio Grande do Norte**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 24, p. 1-25, ano 2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: 1988*. Brasília: Senado Federal, Centro Federal, Centro Gráfico, 1988.

CAPUCHA, Luís; **Inovação e Justiça Social, Políticas ativas para a inclusão educativa**; *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 63, 2010, pp.25-50.

CAPUCHA, Luís; PINTO, Jorge; EVARISTO, Teresa; **Planeamento e Avaliação de Projeto-Guião Prático**; Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), Lisboa 2008.

_____. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 1989. *Lei Federal nº 7.853, Os direitos das pessoas portadoras de deficiência*. Decreto nº 914/93. Brasília: CORDE.

_____. 1990. *Lei Federal nº 8069*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília;

_____. 2016. **Lei Brasileira de Inclusão**. No 13.146, de 6 de julho de 2015. Senado Federal. Senador PAULO PAIM. Autor da Lei. . Estatuto da Pessoa com Deficiência;

CLEMENTE, CARLOS APARÍCIO. **Trabalho e inclusão Social de Portadores de Deficiência** CORREIA, Luís Miranda; *“Educação Especial e Inclusão”*. Porto: Ed. Porto Editora, 2003.

CORREIA, Luís; **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais- Um guia para educadores e professores**. 2ª Ed. Porto: Porto Editora, 2008.

CORREIA, Luís; **A Escola Contemporânea, os Recursos e a Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais**. Atas do Encontro Internacional Educação”, 2005.

CAPUCHA, Luís; PINTO, Jorge; EVARISTO, Teresa; **Planeamento e Avaliação de Projeto-Guião Prático**; Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), Lisboa 2008.

CORREIA, Luís Miranda; **Educação Especial e Inclusão**. Porto: Ed. Porto Editora, 2003.

CORREIA, Luís; **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais- Um guia para educadores e professores”**. 2ª Ed. Porto: Porto Editora, 2008.

CORREIA, Luís; **A Escola Contemporânea, os Recursos e a Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais**. Atas do Encontro Internacional Educação”, 2005.

IBGE, *Dados 2018*. Disponível em: educa.ibge.gov.br. Acesso em: 14 de Abril de 2023.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2.ed. Campinas: Autores associados, 2006.

MANTOAN, M. T. E. (org). **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental**, Unimep, 2003.

PINHEIRO, Humberto Lippo. **Acessibilidade e Inclusão**. 2017. Disponível em: www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br. Acesso em: 27 de julho de 2023.

TEZZANI, T. C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão**: São Carlos: Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação, 2004.

UNESCO; **Declaração De Salamanca E Enquadramento Da Ação Na Área Das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade**. Salamanca. Espanha, 7-10 de Junho de 1994.